



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

PROJETO DE LEI APROVADO Nº 055/2016

**INSTITUI A CONSAGRAÇÃO DO DIREITO
OBRIGATÓRIO A IDENTIDADE DE SEXO E
DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Itaituba, Estado do Pará, aprova e a Prefeita Municipal Eliene Nunes sanciona e publica a seguinte Lei:

Artigo 1º - para efeito dessa lei, identidade de sexual, é aquela determinada naturalmente pelo nascedouro, ou a que a que por ventura vier a ser consolidada por interferência cirúrgica de acordo com o ordenamento jurídico do nosso país.

Artigo 2º - Toda pessoa usuário do serviço público no município de Itaituba, tem direito:

- I - ao reconhecimento de sua identidade sexual;
- II - ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade sexual;
- III - a ser tratada e identificada de acordo com sua identidade sexual;
- IV - a ser identificado pronominalmente de acordo com o registro do sexo em declaração de nascido vivo, certidão de nascimento e outros documentos.

Artigo 3º - Toda pessoa poderá solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem registradas na documentação pessoal, sempre que não coincidam com a sua identidade sexual legítima.

Artigo 4º - Toda pessoa que solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem, em virtude da presente lei, deverá observar os seguintes requisitos:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

- I - ser maior de dezoito (18) anos ou estar representado por um responsável legal;
- II - apresentar ao cartório uma solicitação escrita, na qual deverá requerer a retificação registral da certidão de nascimento e a emissão de uma nova carteira de identidade conservando o número original;
- III - apresentar novo prenome escolhido para substituir o inadequado.
- IV - comprovar por declaração medica a natureza do sexo ou intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial;

Artigo 6º - O cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 4º por parte do interessado dispensa a obrigatoriedade de um trâmite judicial ou administrativo, para que o cartorário ou tabelião procederá com:

- I - o novo registro civil do requerente com a mudança de sexo e prenome;
- II - emissão de uma nova certidão de nascimento e uma nova carteira de identidade que represente sexualmente a mudança realizada;
- III - a comunicação imediata do caso os órgãos responsáveis pelos registros públicos para que se realize a atualização de dados eleitorais, de antecedentes criminais e peças judiciais.

§1º Nos novos documentos, fica proibida qualquer referência à identidade anterior.

§2º Os trâmites previstos na presente lei serão gratuitos, pessoais, e não será necessária a intermediação de advogados públicos ou particulares.

Artigo 7º - A alteração do sexo e prenome, nos termos do artigo 4º desta Lei, não alterará a titularidade dos direitos e obrigações jurídicas que pudessem corresponder à pessoa com anterioridade à mudança registral, nem daqueles que provenham das relações próprias do direito de família em todas as suas ordens e graus, as que se manterão inalteráveis, incluída a adoção.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Parágrafo Único - Da alteração do prenome em cartório prosseguirá, necessariamente, a mudança de prenome e sexo em todos os demais documentos como diplomas, certificados, carteira de identidade, CPF, passaporte, título de eleitor, Carteira Nacional de Habilitação e Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Artigo 8º - Em cumprimento a presente Lei, fica vedado ao poder público municipal, promover, apoiar ou permitir toda e qualquer orientação educativa que negue a identificação do sexo.

Artigo 9º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Itaituba, em 17 de Maio de 2016.

JOÃO BASTOS RODRIGUES
Presidente